

A dinâmica econômica do Sul de Minas: um estudo sobre a cafeicultura em São Sebastião do Paraíso e região em 1902 e 1920

Alexandre Macchione Saes¹

Fábio Francisco de Almeida Castilho²

Resumo: O presente artigo pretende avaliar a expansão da produção de café no Sul de Minas, região cuja disseminação da atividade de exportação se firmou em território marcado pelo comércio de abastecimento. Neste sentido, a chegada do café gerou um processo de rearticulação dos municípios sulmineiros, não somente com seus mercados externos, como também com atividades produtivas internas. A acumulação resultante desta cultura do café ampliava o espaço para diversificação de novos negócios, garantindo um ambiente para a construção de um “complexo econômico”. Neste cenário destacamos a preponderância do município de São Sebastião do Paraíso, que próximo as divisas com o estado de São Paulo e cortado pelas estradas de ferro Muzambinho e Mogiana, rapidamente especializou-se na produção cafeeira e destacou-se no cenário regional.

Palavras-chave: Sul de Minas, Café, Abastecimento

Abstract: This article aims to evaluate the expansion of coffee production in southern Minas Gerais, a region whose spread of export activity steadied in territory marked by trade supply. In this sense, the arrival of coffee generated a process of re-articulation of sulmineiros municipalities, not only with their external markets, as well as domestic production activities. The resulting accumulation of this coffee culture broadened the scope for diversification of new business, ensuring an environment for the construction of an "economic complex." In this scenario highlight the preponderance of São Sebastião do Paraíso, close to the boundaries with the state of São Paulo and cut by the railroads, and Muzambinho and Mogiana quickly specialized in coffee production and highlighted in the regional scenario.

Keywords: South Minas Coffee Supply

Classificação JEL: R11

¹ Departamento de Economia - FEA/USP, bolsista produtividade CNPq. Contato: alexandre.saes@usp.br

² Instituto Federal de Alagoas – IFAL, bolsista de produtividade PAPPE/IFAL. Contato: fabiofacastilho@hotmail.com

Artigo recebido em abril de 2014 e aprovado em junho de 2014.

1. Introdução

A historiografia sobre a economia de Minas Gerais de início do século XX considera o Sul de Minas, região que engloba todo o extenso território entre os contrafortes da Mantiqueira ao sul e o Rio Grande ao norte, como uma típica região cafeicultora. Entretanto, a produção de café nunca foi homogênea no dito território, pois naquele período conserva-se em muitos dos seus municípios uma considerável produção de alimentos voltada para o abastecimento do mercado interno mineiro e dos principais centros de São Paulo e Rio de Janeiro. Em trabalho anterior foi possível localizar onde se concentrava a produção de café no Sul de Minas, identificando que embora a região respondesse por aproximadamente 30% da produção estadual no início do século XX, os municípios cafeicultores do Sul de Minas eram poucos e estavam localizados em duas sub-regiões, especificamente no entorno dos municípios de Varginha e São Sebastião do Paraíso.³

O objetivo do artigo é analisar a expansão da produção de café em São Sebastião do Paraíso, município localizado na fronteira com o estado de São Paulo e cortado pela Estrada de Ferro Mogiana. Pretendemos averiguar como se deu a disseminação da atividade de exportação e como essa se firmou no território marcado pelo comércio de abastecimento. Ao mesmo tempo almejamos entender como a acumulação resultante dessa cultura do café ampliou o espaço para diversificação de novos negócios, garantindo um ambiente para a construção de um “complexo econômico”,⁴ favorecendo a permanência da produção de alimentos mais tradicional na região. Assim, o artigo pretende compreender essa região de São Sebastião do Paraíso no Sul de Minas conforme suas atividades produtivas agrícolas. Para tanto nos valem os dados do censo agrícola realizado pela Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais em 1902, do Censo Nacional de 1920 e os dados de exportação pelas ferrovias mineiras em 1909 e 1910. Considerando que essas duas décadas representam o período em que o café se consolidou no Sul de Minas, será possível a trajetória de transformação de um município que incorporou a cultura cafeeira no período.

³ Segundo Rodolpho Jacob, os maiores municípios produtores do Sul de Minas eram, São Sebastião, Monte Santo, Guaranésia, Guaxupé e Jacutinga, na região da Mogiana, e Varginha, Alfenas, Três Pontas e Machado, na região da Estrada de Ferro Muzambinho (JACOB, 1910).

⁴ De acordo com Topalov (1979), valores de uso complexos significam infraestrutura e equipamentos coletivos de consumo, tais como saúde, educação, formação técnica, necessários à acumulação de capital. Para este trabalho, entretanto, seguimos Wilson Cano em que este conjunto de atividades econômicas formava um “complexo econômico”, atuando como um corpo de negócios integrados que promoviam o crescimento da economia mediante um inter-relacionamento de múltiplos componentes internos, isto é: “Café, agricultura, transportes, indústria, comércio e finanças, cresciam, assim, dinâmica e integradamente, ampliando consideravelmente o potencial de acumulação do complexo paulista” (CANO, 1977, p.257).

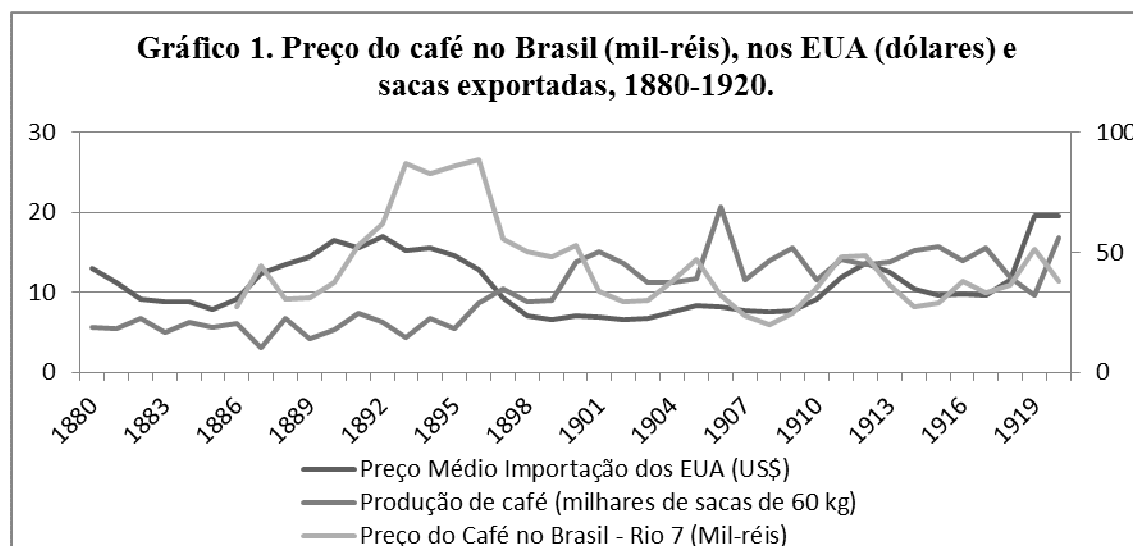
2. Economia cafeeira: especialização ou diversificação produtiva?

A dinâmica da produção de café possui algumas especificidades muito próprias resultantes da natureza de sua planta. A árvore que demorava em torno de quatro anos para dar os primeiros frutos, tendia a intercalar boas colheitas com outras menos produtivas. Nesse sentido, a produção de café historicamente sofreu para lidar com as oscilações de preço do mercado internacional ou com o volume das safras do próprio país: como a planta que se inicia em determinado ano somente torna-se produção quatro anos depois, períodos de preços favoráveis no mercado estimulavam a ampliação da produção sem, portanto, se considerar o consumo nos anos seguintes (NETTO, 1979, p.23). Ficava, nesse sentido, o desafio para o produtor: especializar-se num produto que era extremamente mais rentável e cotado em moeda internacional, ou separar parte de sua propriedade para outras culturas, normalmente voltadas ao mercado interno e cujo consumo e preço eram mais estáveis, buscando assim defender-se das vulnerabilidades intrínsecas do mercado agrícola.

Como é perceptível pelo gráfico 1, os anos 1890 foram bastante favoráveis para os preços do café em moeda nacional, decorrente da desvalorização do mil-réis, o que gerava a famigerada socialização das perdas conforme os termos empregados por Celso Furtado. Assim, tal cenário durante a década estimulou a expansão do cultivo da rubiácea. Período em que novas fronteiras seriam incorporadas como produtoras, tais como o Oeste Paulista e também o Sul de Minas. A expansão da fronteira cafeeira transformava o território: regiões ainda pouco exploradas recebiam levas de trabalhadores ora imigrantes ora livres-nacionais e também nova infraestrutura, enquanto outras, como o Sul de Minas, região outrora voltada ao abastecimento interno, especialmente voltado para o comércio da cidade do Rio de Janeiro, precisou redefinir o perfil de sua produção.

Nesse sentido que as regiões, sob o impacto da chegada do café, acabaram reagindo ora com a diversificação ora com a especialização de suas atividades agrícolas. Para compreender essa tendência é preciso levar em conta o perfil regional, assim como as condições materiais de produção: isto é, determinantes como a mão-de-obra disponível, a produtividade da terra e dos pés de café, seriam variáveis importantes na definição se certas regiões conseguiriam diversificar sua produção num contexto de expansão de uma produção agrário-exportadora com perfil monocultor. Para esse trabalho usaremos algumas variáveis como a porcentagem da área destinada às produções, tanto na localidade, como em relação ao restante da região, e o quantum produzido pelos municípios para compreender se estes tenderam a se especializar num determinado tipo de produção: por isso municípios que permanecessem com uma variada

produção não podem ser considerados necessariamente como diversificados em suas culturas. O importante é considerar o potencial comercial de cada produção local, isto é, a representatividade das culturas lá produzidas com relação ao restante da região e, nesse sentido, se a cafeicultura tendeu a substituir outras atividades que podiam ser relevantes para os municípios nos anos anteriores.



Fonte: Martins & Johnston, 1992, pp.313-5 e 333-336.

Desta forma, as décadas finais do século XIX foram marcadas justamente pela tendência à especialização da produção, isto é, as regiões produtoras de café passaram a substituir áreas de outras culturas para priorizar a cafeicultura cuja rentabilidade era superior frente aos produtos voltados ao mercado interno. Tendência essa uma resposta não somente ao preço do café, extremamente valorizado no mercado internacional pela expansão do consumo dos Estados Unidos na década de 1880, mas também pela favorável desvalorização da moeda brasileira. Essa tendência à especialização foi comum nas regiões pioneiras na introdução do café, que em fins do século XIX já viam sua produtividade sendo bastante reduzida, tanto por conta das terras desgastadas, como pela idade dos pés de café, e por isso precisavam intensificar o cultivo daquilo que lhe oferecia alguma renda (NETTO, 1979).

Em suma, o Vale do Paraíba fluminense e paulista, ou mesmo a Zona da Mata mineira, regiões em que o café chegara durante as décadas de 1840-60, intensificaram a especialização do cultivo do café. Essa tendência era resultado das dificuldades que surgiriam nos anos 1880 por conta do fim da escravidão, gerando perda de parte substancial de seu capital, como também do desgaste de suas terras e dos pés de café, exigindo que as terras fossem priorizadas

para a cultura mais rentável. Para Minas Gerais, são conhecidos os trabalhos de Ana Lúcia D. Lanna e João Heraldo Lima que enfatizam essa perspectiva da crise da produtividade das fazendas mineiras, com a fragmentação das propriedades e o abandono de outras culturas (LIMA, 1977; LANNA, 1989).⁵ Todavia, inclusive trabalhos como de Amilcar Martins e Cláudia Viscardi, que enfatizam a perspectiva favorável dos preços do café e dos grupos vinculados à economia cafeeira na década final do século XIX, chegam à mesma conclusão de uma tendência profunda de expansão do cultivo de café, com a especialização da produção – o que construiria uma nova elite regional (MARTINS FILHO, 2009; VISCARDI, 2001).⁶ Em suma, a tradicional percepção de uma economia mineira diversificada, vinha perdendo espaço com a expansão do cultivo do café, ao menos no final do século XIX.

Ao longo do século XX, por outro lado, com a expansão da fronteira paulista, a tendência foi na verdade de que a produção cafeeira coexistisse cada vez mais com a produção de alimentos voltada para o abastecimento interno, conforme estudos sobre o interior de São Paulo vêm reforçando.⁷ É o que ficou conhecido como complexo cafeeiro, o qual fundado por meio da atividade nuclear da produção de café, por sua vez, exigia uma intrincada rede de financiamento, transporte e comercialização. Contexto em que, o desenvolvimento do capital cafeeiro “foi-se desdobrando, gerando ferrovias, porto, comércio, bancos, indústria e agricultura não-café, a que, já a partir de 1910, conduziria a substituição de importações de alimentos simples” (CANO, 1997, p.239). Foi no Oeste Paulista, portanto, com a expansão da fronteira para extensões de terras férteis e de boa topografia que o café constituiu um complexo econômico regional e alcançou uma dinâmica de acumulação até então desconhecida no país (CANO, 1977). Foi especialmente na província de São Paulo em que a mão de obra escrava seria substituída por trabalhadores livres, resultado da corrente imigratória europeia, composta principalmente de italianos, o que permitia que novas atividades fossem formadas por conta da construção de um mercado interno (FURTADO, 2003, p.218). Essa nova dimensão da agricultura de abastecimento tem sido tema constante

⁵ Mônica Ribeiro de Oliveira, por outro lado, assinala que na Zona da Mata foi comum a existência de lavouras de alimentos no interior de fazendas cafeeiras, como um traço estrutural do sistema agrário cafeeiro, ao capacitar a reprodução das fazendas que precisavam recorrer menos ao mercado para a satisfação das necessidades de subsistência da unidade produtiva. OLIVEIRA, 2000.

⁶ Os autores destacam que os cafeeiros da Mata ascenderiam na política provincial/estadual, tornando-se nova força política, em oposição aos grupos tradicionais das cidades mineradoras. Mais tarde, já na transição para o século XX, o que podemos verificar é a ascensão de nova elite sul-mineira, também ligada aos interesses exportadores. Para o Sul de Minas, cf.: CASTILHO, 2011.

⁷ Podemos citar, dentre outros: CANO, 1977; TOSI, 2002; OLIVEIRA, 2006. TOSI; FALEIROS, 2011; FONTANARI, 2012.

sobre a estrutura da produção das regiões cafeicultoras, em que diversos autores têm questionado a interpretação de uma especialização produtiva.

Essa perspectiva se evidencia no debate sobre a condição de vida dos colonos nas fazendas de café. A cultura de abastecimento era condição *sine qua non* para a preservação dos imigrantes nas fazendas, mesclando rendas monetárias com não monetárias (STOLCKE, 1986). Tais rendas provenientes das culturas de abastecimento foram avaliadas ora como pré-capitalistas, que ampliavam ainda mais a exploração do trabalhador, seguindo José de Souza Martins, ora como o mecanismo de emancipação dos imigrantes de sua condição de colonos, para pequenos proprietários, conforme Thomas Holloway (1984) ou Maurício Font (1985). Em suma, independentemente da interpretação, a existência de culturas de abastecimento em propriedades cafeicultoras, era uma prática comum.

Entretanto, isso não significa a existência de uma estrutura produtiva diversa à dinâmica exportadora, organizada em grandes propriedades. Em trabalho recente, Renato Colistete e Maria Lúcia Lamounier (2011), examinaram a concentração da propriedade da terra na região nordeste do estado de São Paulo, fronteira agrícola naquele período, demonstrando que independe da existência de outras culturas em regiões de produção de café, a “plantation” ainda mantinha-se como estrutura dominante. De acordo com os autores, apesar da variação entre municípios, grandes propriedades e latifúndios controlaram a maior parte dos recursos produtivos no nordeste de São Paulo, resultando em elevados níveis de desigualdade quando comparados aos de outras sociedades agrárias no passado. Essas evidências sugerem que a grande propriedade e a alta concentração da riqueza eram características notáveis na mais importante região cafeeira no Brasil no início do século XX.

Seguindo o exemplo dos dois autores, outros estudos reforçam o mesmo argumento. Para o interior paulista trabalhos como o de Roseane Messias (2003), para os municípios de Araraquara e São Carlos, o de Lélío Oliveira (1997) e Pedro Tosi (2007 e 2011) para o município de Franca, e o de Flávia Oliveira (1999) para Jaú, demonstram a diversidade produtiva de cada localidade. Assim, o município de São Carlos, mesmo sendo eminente centro produtor de café, apresentando uma das maiores médias de cafeeiros por propriedade do interior paulista (cerca de oitenta mil cafeeiros em 1920), detinha destacada produção de alimentos. Em 1899 colheram-se no município um milhão e duzentas mil arrobas de café, 450.000 alqueires (50 litros) de milho, 7.000 de arroz, 44.000 de feijão, além de batata inglesa, batata doce, fumo e mandioca. Em São Carlos a cafeicultura ocupava uma área de 12.523

alqueires em 1905, enquanto a cultura do milho ocupava 9.252 alqueires e o feijão 4.061 alqueires, revelando certo grau de diversificação da agricultura (MESSIAS, 2003).

De acordo com Tosi & Faleiros, dificilmente se encontraria na região de Araraquara e São Carlos fazendas unicamente especializadas na produção de café. Nas fazendas de maior dimensão uma parte das terras sempre era destinada à produção de cereais.

Lá (Araraquara) também, ao lado dos terreiros, das tulhas e das casas de máquinas, avistavam-se monjolos para pilar o milho, moinhos para a produção de fubá, pilão para socar “arroz” pastos para as criações e carroças para transportar toda esta produção para as vendas, cidades e estações. (TOSI & FALEIROS, 2011, p.419).

Ainda sobre o município paulista de São Carlos, encontramos a correspondência de A. Gomes Carmo, engenheiro diretor do Club da Lavoura de São Carlos, endereçada a Américo Werneck, Secretário de Agricultura de Minas Gerais. Nesta correspondência de 1897 é relatada a necessidade de utilizar máquinas para desenvolver a agricultura e descreve o desenvolvimento de sua região cortada pela Estrada de Ferro Paulista, servido de luz elétrica, telefone, água etc. O engenheiro paulista apresentava para o secretário da agricultura mineiro o paradigma de uma produção “moderna” que traria avanços e melhoramentos para todo o país caso fosse obedecido o seu modelo.⁸

Para o município de Franca, na fronteira com o estado de Minas Gerais, temos o trabalho de Lélío Oliveira (1997) que reforça os argumentos presentes na tese de Pedro Tosi (2002). O autor destaca que a produção de alimentos e a criação de animais, atividades que já existiam antes da chegada da cafeicultura na região, foram dinamizadas depois da chegada da Mogiana. O autor destaca também o caráter “híbrido” de muitas das propriedades rurais ali sediadas, voltadas tanto para a produção dirigida à exportação quanto à produção dirigida ao mercado interno (TOSI; FALEIROS, 2011). Mais uma vez destaca-se a existência de uma produção de alimentos em regiões de cafeicultura.

Flávia Oliveira, em estudo sobre Jaú, igualmente encontrou características de uma produção voltada para o mercado interno. A autora reforça que há ausência de maior especialização nas unidades produtoras no período precedente à cafeicultura, mas que posteriormente, tais produções convivem com o café e as atividades criatórias. Oliveira observa que depois da chegada dos trilhos da Paulista (1887), apesar da área destinada ao plantio de fumo e de cana-de-açúcar diminuir paulatinamente com a substituição pelo café,

⁸ APM, Inventário da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas. Série 3, Sub-série 2. Cx02 Pc01.

ainda era possível verificar a manutenção e ampliação da produção de gêneros que circulavam prioritariamente nos mercados locais (OLIVEIRA, 1999).

Neste sentido, pretendemos compreender a estrutura produtiva no Sul de Minas nas duas primeiras décadas do século XX, momento em que a produção de café tomou proporções comerciais representativas na região. Como era o perfil da estrutura produtiva em São Sebastião do Paraíso? O município manteve o perfil do Sul de Minas de atender o mercado com produtos voltados ao mercado interno, ou caminhou na direção da especialização de sua produção voltada ao mercado externo com a introdução do café na região?

3. A produção cafeeira do Sul de Minas durante a crise de superprodução nacional

A década de 1880 marcou para a economia brasileira um período de expansão das exportações, de políticas monetárias expansionistas e de aumento dos investimentos (SUZIGAN, 2000, p.86). Este foi um período de grande progresso econômico, particularmente nas áreas produtoras de café no Centro-Sul. O crescimento da renda impulsionado pela expansão das exportações, a construção de estradas de ferro e a promoção da imigração aumentaram o mercado para produtos industrializados e a oferta de trabalho.

O café, de acordo com Delfim Netto, estava com uma oferta em níveis altos, embora os preços se mantivessem muito baixo durante a primeira metade da década de 1880 para reiniciarem, em 1886, uma nova e violenta fase de expansão. As enormes flutuações da oferta, produzidas pelo ciclo próprio do cafeeiro, como já foi mencionado, são um dos elementos que explicam as elevações que se processaram entre 1885 e 1890 e que duplicaram o preço internacional do produto (NETTO, 1979). Mas, quando o aumento da produção chegou ao mercado, na década de 1890, já não encontrava o mesmo ambiente de euforia de procura do mercado internacional, pois a economia europeia sofria um movimento depressivo e a demanda não tinha alterado seu padrão de consumo. Assim, de acordo com Delfim Netto, os preços do café já manifestavam tendência de baixa. Para o autor, este panorama revela a gênese do problema cafeeiro nacional, pois a coincidência de uma queda mais rápida do câmbio do que dos preços do café criava condições para a expansão da cultura quando o mercado já não podia absorver a quantidade produzida.

A resposta da oferta aos estímulos dos preços foi enorme no começo do século XX. No interior paulista, por exemplo, a construção das estradas de ferro havia transformado em recursos uma grande quantidade de terras férteis, apropriadas para a plantação do café, e a corrente imigratória havia se acentuado, melhorando as disponibilidades da mão de obra. Com

efeito, o fim da escravidão implicou na mudança dos padrões de investimentos de muitos fazendeiros e proprietários de escravos: detentores de grandes fortunas, passaram a investir na construção de estradas e importação de máquinas de beneficiamento (FRAGOSO & MARTINS, 2003).

O cenário econômico internacional conjugava, portanto, a alta dos preços com grande disponibilidade de fatores de produção. Esta condição exerceu um forte impulso na produção nacional de café que passou de pouco mais de 360 mil toneladas entre 1892 e 1896 para 558 mil em 1896-1897 e 672 mil em 1897-1898. A média da produção entre as safras de 1900/1 e 1903/4 foi de 762 mil toneladas. Em Minas Gerais, especificamente, a produção cafeeira saltou de 67,9 mil toneladas em 1892 para 107 milhões em 1897 e atingiu seu pico em 1901 com 188 milhões. A produção estadual fecharia esse ciclo expansivo em 1907, quando com uma produção de 159 mil toneladas, reverte-se a tendência de crescimento (tabela 1). Assim, a elevação dos preços dobrou a produção nacional em menos de 10 anos (NETTO, 1979). No entanto, esse aumento na produção tanto mineira, como nacional, foi acompanhado da queda do preço do produto. Em suma, novas áreas foram incorporadas para a produção do café, contudo, colocava-se em choque regiões de produção tradicionais e de fronteira, especialmente por conta da produtividade e da capacidade de resposta às variações do preço.

Tabela 1. Histórico da Exportação do Café em Minas, 1860-1907 (em toneladas)

Ano	Produção	Ano	Produção	Ano	Produção
1860-61	8.631	1878-79	60.887	1894	61.154
1864-65	22.140	1879-80	42.590	1895	101.022.
1865-66	19.556	1880-81	80.368	1896	107.362
1866-67	32.254	1881-82	52.753	1897	172.244
1867-68	31.964	1882-83	84.128	1898	132.470
1868-69	41.903	1883-84	53.883	1899	139.954
1869-70	22.340	1884-85	-	1900	104.196
1870-71	45.515	1885-86	86.653	1901	188.215
1871-72	18.507	1886-87	96.849	1902	178.121
1872-73	39.591	1888	75.714	1903	187.278
1873-74	22.575	1889	69.445	1904	129.504
1874-75	47.359	1890	58.253	1905	137.401
1875-76	30.015	1891	69.633	1906	173.788
1876-77	39.355	1892	67.909	1907	159.729
1877-78	36.958	1893	62.397		

Fonte: JACOB, 1910, p.48.

Foi nesse período que o café foi reforçando seu papel como principal produto de exportação de Minas Gerais, o que criaria grupos políticos voltados ao projeto exportador no estado. A produção desse gênero cresceu ao longo de todo o século XIX, mas com sucessivas pressões no preço por conta das crescentes safras na virada para o XX, reverteu o cenário favorável. A crise de superprodução e a queda dos preços no mercado internacional forçaram a adesão às políticas protecionistas com adoção de regras restritivas à produção que visavam à valorização do café. Esta reação foi diferente nas duas regiões produtoras de Minas.

Em Minas Gerais, o café se desenvolveu em duas regiões produtoras com perfis bastante distintos: de um lado, a Zona da Mata, alcançada nos primórdios da introdução da cultura no país, se valendo amplamente do trabalho escravo e do circuito mercantil carioca. E, de outro lado, a região do Sul de Minas, em que a produção de café somente começaria a apresentar alguma relevância durante a década de 1880, quando o trabalho escravo deixava de ser opção, atingindo cerca de trinta por cento da produção do estado durante as primeiras décadas do século XX e num circuito comercial mais próximo de São Paulo.⁹ Em suma, num momento de crise das produções pioneiras, o Sul de Minas desfrutava de condições bastante favoráveis para expandir sua participação na produção nacional, não somente por dispor de terras férteis como de menores capitais mobilizados com a escravidão.¹⁰ O novo cenário, cuja tendência era de pressionar produções mais antigas, impactou de maneira significativa na Zona da Mata que teria que seguir para a expansão de novas produções ou abandono das antigas, conforme relato contemporâneo: “Existe ainda na Zona da Mata grande quantidade de boas lavouras de café com 10%, em média, de cafezais novos, de 3 anos para menos. Os cafezais tratados são geralmente novos, os velhos e decadentes tem sido abandonados ou transformados em pastos” (JACOB, 1910, p.52). Ainda de acordo com Rodolpho Jacob, a colheita do ano de 1905 na Zona da Mata foi de 8.556.464 arrobas, e em alguns municípios registrou-se o dobro da produção do ano anterior, e em quase todos, ao menos, 50% mais. Ou seja, a produção regional da Mata era crescente, mas em função da expansão da fronteira para novos municípios ao norte. Em lavouras novas e bem tratadas os cafezais produziam bem, sendo o café Crioulo e o Bourbon as variedades mais cultivadas. A média da produção por mil pés, no mesmo ano foi de 35 arrobas. Máquinas modernas eram utilizadas no beneficiamento do café e

⁹ Sobre a cafeicultura em Minas Gerais ver João Heraldo Lima (1977); Fernando Nogueira da Costa (1978); Ana Lúcia Duarte Lanna (1989); Pires (2001).

¹⁰ Anderson Pires (2004) questiona a ideia de uma inexistência de fronteira agrícola na Zona da Mata mineira, alegando que o café avançou para aos municípios ao norte de Juiz de Fora, na direção de Muriaé, Carangola e Manhuaçu.

era empregado o sistema de meação, em que o meeiro ficava também com o direito de cultivar, para si, cereais no meio dos cafezais.

Por outro lado, o Sul de Minas assumia com suas “fronteiras abertas” cada vez mais parcela representativa das exportações de café no estado, independentemente da tendência do mercado internacional forçar os preços do produto para baixo. A cultura era descrita como atividade vindoura.

“No Sul o café produz geralmente bem nas altitudes de 700 a 800 metros, sendo em diversos pontos o terreno tão propício a essa cultura como em São Paulo. Entre outras são afamadas as terras de Jacutinga (...). Este café tem obtido ultimamente bons preços nos mercados da Europa”. (JACO, 1910, p.55)

A produção média no Sul de Minas, no ano de 1909, foi de 40 arrobas por 1.000 pés, havendo, porém, fazendeiros inclinados à cultura intensiva, que conseguiram a média de 100 arrobas. Os sistemas de custeio usados eram a meação, a empreitada e o salário. O beneficiamento do café se fazia, como na Mata, em maquinismos aperfeiçoados. Os municípios com maior produção eram São Sebastião do Paraíso, Guaranésia, Monte Santo, Ouro Fino, Jacutinga, Santa Rita do Sapucaí, Varginha, Muzambinho, Alfenas, Machado, São Gonçalo do Sapucaí e Três Pontas, ou seja, estavam todos localizados em dois bolsões específicos: o primeiro, no entorno da cidade de São Sebastião do Paraíso, era servido pela Mogiana, enquanto o segundo, no entorno do Município de Varginha, era servido pela Estrada de Ferro Sapucaí (JACOB, 1910). Os outros municípios da região continuavam investindo na produção de cereais e gado.

Com efeito, na passagem do XIX para o XX, as regiões cafeeiras de Minas Gerais rapidamente se tornaram os polos econômicos mais proeminentes do estado. Muito embora estivessem voltadas prioritariamente para a agroexportação, produziam alimentos para consumo interno, tornando-se autossuficientes na maior parte do tempo, só recorrendo às importações, em fases de picos do café.

Mas esse cenário favorável de expansão da produção de café vinha se esgotando na chegada do século XX. Segundo Cláudia Viscardi, a queda dos preços do café colocava agricultores e governo em situação desesperadora, pois a redução dos preços tornava insolváveis os fazendeiros e a pressão do setor importador sobre o mercado de câmbio levava a depreciar ainda mais a taxa cambial. As dificuldades financeiras dos três estados produtores, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, tenderam a se agravar entre 1895 e 1898, quando a cotação dos preços do café produzido pelo Brasil sofreu decréscimo de um terço. A crise de

preços somada, posteriormente, a valorização cambial de 1898, deixou os cafeicultores e os governos estaduais em situação econômica bastante difícil. As apreciações cambiais, aliadas à superprodução ou à retração dos mercados externos, eram fatores determinantes de prejuízo para os cafeicultores (VISCARDI, 2001).

Foi somente nesse cenário de queda dos preços que os produtores passaram a reduzir suas plantações, envidando esforços para restituir o antigo valor do café ou substituindo-o por outras produções voltadas também para o mercado interno. Na verdade, em São Paulo, a imposição foi do próprio governo estadual que proibiu novas produções de café a partir de 1902. Paradoxalmente, neste cenário a produção cafeeira do Sul de Minas se consolidou. A produção do estado deixou as terras da Zona da Mata para fixar-se no sul do estado, que se adaptava ao novo contexto e especializava-se na produção da rubiácea: as restrições do estado vizinho não chegavam ao Sul de Minas, que pode ter recebido produtores de São Paulo.

Assim, apesar da crise, em números absolutos a produção mineira continuou crescendo por quase todo o período. Neste cenário, era preciso que seu governo estadual também pensasse em políticas voltadas à valorização do café. Em Minas Gerais, iniciando o seu governo no momento da crise, Silviano Brandão (1898-1902) traçou um programa de recuperação econômico-financeira que incluiu cortes nos gastos públicos, empréstimos externos e a criação de um novo imposto, o territorial.¹¹ Wirth afirma que a intenção, ao tentar implementar o imposto territorial, era a de taxar pesadamente as grandes propriedades improdutivas, forçando a repartição das mesmas, em unidades médias, garantias de uma economia mais racional e moderna para Minas. Essa política, entretanto, não efetivada por força dos grupos proprietários (WIRTH, 1982). O governo mineiro esforçava-se em manter as finanças públicas em equilíbrio e neste sentido procurou amparar os cafeicultores e reduzir a carga tributária do setor. Por outro lado, teve de fazer cortes no setor de transportes, no crédito e na política imigratória. Essas medidas iriam implicar em prejuízos de curto e médio prazo para os cafeicultores.

O governo seguinte, o de Francisco Sales (1902-1906), procurou seguir o mesmo padrão de intervenção, diferenciando-se, todavia, pelo avolumar-se da crise de preços do café e pelo abandono de soluções caseiras para a resolução do problema. Desde os primeiros anos de sua gestão, tornou-se claro que os problemas tanto das finanças públicas de Minas como de sua cafeicultura dependiam da intervenção federal. Para atingir seus objetivos cabia ao

¹¹ A alternativa do imposto territorial tinha como fundamento inicial substituir todo o imposto de exportação por ele. Por trás desse projeto, estava a ideia de distribuir mais equitativamente o ônus fiscal pelas diversas regiões do estado. Cf.: VISCARDI, 2001.

governo mineiro, primeiro, disciplinar o seu mercado de café, para que pudesse aderir às soluções nacionais que estavam sendo cogitadas. A mais importante delas era a redução da produção cafeeira, principalmente dos cafés de qualidade inferior (VISCARDI, 2001).

Para este fim, foi organizado o Congresso Agrícola de 1903, sob a coordenação de João Pinheiro, que também tinha como objetivo fortalecer outras atividades econômicas no estado, como a indústria, a pecuária e a diversificação agrícola (MARTINS FILHO, 2009). De acordo com Dulci, o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de maio de 1903 explicitou o tema da diversificação econômica e do desenvolvimento regional. A reunião teve como finalidade debater a situação e definir caminhos para a “restauração econômica” do estado. Nesse sentido, apesar da excessiva dependência em que se viam os demais setores em relação às flutuações da agenda do Congresso foi bastante ampla, cobrindo os mais variados setores da economia. Este Congresso foi um momento importante para promover a discussão de projetos para o desenvolvimento econômico estadual e constituiu-se num fórum no qual foram apresentadas estratégias para a recuperação da economia mineira e o enfrentamento da crise econômica. Buscava-se, assim, uma solução para a queda do preço do café e um aumento e diversificação da produção estadual. Assim, temas como a diversificação da produção, abandono da monocultura, estímulo à policultura (particularmente por meio dos cereais) foram destacados; a industrialização, sobretudo vinculada à indústria extrativa de minério, era apontada como futura riqueza do estado (DULCI, 1999).

Para o autor, o Congresso Agrícola de 1903 significou um esforço institucional do governo do Estado no sentido de procurar novas possibilidades de produção, inspirado pela ideia de “crescer para dentro”. Tendo em conta as características do estado, tal caminho era considerado o mais propício para dinamizar a sua economia, permitindo, além disso, que se alcançasse maior integração entre as suas partes. Ainda de acordo com Dulci, o Congresso Agrícola de 1903 foi o grande ponto de referência da modernização de Minas Gerais até os anos 1920. O objetivo do congresso era analisar as situações da crise no estado e definir os caminhos para sua restauração econômica, entretanto, parte dos projetos não avançou, entre outras razões, pelas disputas internas no Estado.

Em síntese, o programa abrangia a diversificação agrícola, o incentivo à produção de mercadorias vindas de outros estados e a defesa do protecionismo. Esse programa se entrelaçava com o objetivo político de ampliar a influencia nacional de Minas Gerais. O eixo do programa era a ideia de modernização agrícola. Tratava-se de diversificar o sistema

produtivo, sem descuidar do café, e de melhorar a qualidade da produção por meio de sua atualização tecnológica, medidas que já vinham sendo adotadas por outros estados.¹²

Em São Paulo, a primeira medida limitadora da oferta de café, como vimos, foi tomada em 1902 quando o estado proibiu a plantação de novos cafezais pelo prazo de cinco anos. Com o fim de inibir o aumento da oferta de café, em 1903 foi elaborada uma lei orçamentária, que instituía um imposto sobre novas plantações (NETTO, 1979). Ao mesmo tempo, os tipos inferiores de café sofreram pesados impostos restritivo, com vistas à melhoria da qualidade do produto exportado pelo estado. Medidas semelhantes foram adotadas no Rio de Janeiro, mas em menor escala, uma vez que a produção fluminense estava em decréscimo devido à antiguidade de sua lavoura e do esgotamento de seus solos.

Assim, com as limitações ao plantio, a produção nacional não poderia crescer de maneira importante no futuro. A safra recorde de 1906-7 era o auge da expansão da fronteira em São Paulo e, para Delfim Netto, foi “consequência de circunstâncias particularmente felizes e que tinham pequena probabilidade de se repetirem” (NETTO, 1979, p. 57). Com efeito, a safra de 1906-7 não se repetiu no curto prazo, mas, por outro lado, a produção no Sul de Minas continuou crescendo. O estado de Minas Gerais não conseguiu colocar em prática um programa de contenção de novas áreas de plantio, em função da resistência dos plantadores. No caso do Sul de Minas, o único esforço feito foi na direção de reduzir a produção de tipos inferiores de café: com uma produção ascendente, esse foi o momento de alguns municípios se consolidaram como municípios cafeeiros, inclusive, se aproveitando da imposição de não expansão da fronteira no estado de São Paulo.

Conforme Jacob (1910), tendo cessado o estímulo para plantações novas de café em Minas e sido abandonadas as mais antigas, a grande parcela da produção se manteve com a conservação das plantações recentes iniciadas antes da crise, sobretudo no Sul e Sudoeste do Estado. Na tabela em anexo observamos o crescimento da exportação de outros produtos, como o fumo e os cereais, que ganharam novo impulso com a queda dos preços do café. Esta progressão resultante do esforço pela policultura e pela lavoura intensiva e racional era determinada, principalmente, pela reação contra a cultura extensiva do café. Assim a indústria pastoril igualmente acentuou-se no movimento da exportação sul-mineira.

¹² O Congresso também teve outro efeito político importante. Em vista da publicidade que se promoveu em torno dele - dentro e fora de Minas -, funcionou como um marco de uma estratégia da cúpula política mineira para ganhar espaço no cenário nacional. Na esteira desse movimento, ela alcançaria pela primeira vez a presidência da república, com a candidatura de Afonso Pena, interrompendo doze anos de hegemonia paulista (DULCI, 2005).

As políticas de valorização do café seriam reafirmadas no Convênio de Taubaté. O Convênio foi celebrado nos dias 26 e 27 de fevereiro de 1906, por meio de uma reunião entre os chefes dos três maiores estados produtores. A perspectiva de uma safra recorde em 1906 levou os produtores a assumirem uma posição mais efetiva, em prol de um programa de intervenção. O convênio fixou os preços mínimos do café e dificultou a exportação de tipos inferiores, além de estimular a propaganda no exterior. Previa também uma diminuição progressiva do plantio do café, principalmente os tipos inferiores, por meio de taxas proibitivas, além da ampliação do consumo, garantida pela propaganda externa do produto. Esta cláusula era prejudicial aos interesses dos cafeicultores mineiros do leste de Minas e dos cafeicultores fluminenses, mas pouco afetou a produção do Sul de Minas. No entanto, a necessidade de viabilizar a diminuição da oferta e ampliar o consumo externo levou os pactuantes a investirem, não só na drástica redução do plantio como, sobretudo, na melhoria da qualidade do produto plantado.¹³

Numa região de produção ascendente e com alta qualidade nas variedades plantadas, o Sul de Minas desfrutou de boas condições para sua produção até a década de 1920. E, se por um lado, as restrições colocadas a partir de 1903 e no Convênio de Taubaté não desanimaram os produtores do Sul de Minas, pelo contrário, podemos pensar inclusive em produtores de São Paulo que podem ter avançado para o outro lado da Mantiqueira para abrir novas fazendas. São Sebastião do Paraíso será um desses municípios em que a cafeicultura terá um crescimento substancial nas duas primeiras décadas do século XX. Muito provavelmente a cidade respondia às limitações de produção no estado de São Paulo e às boas condições geográfico-climáticas, como também de infraestrutura para o desenvolvimento da cultura cafeeira, por conta da chegada da Estrada de Ferro Mogiana.

4. O caso de São Sebastião do Paraíso

O distrito de São Sebastião do Paraíso foi criado em 1855 e elevado à categoria de vila em 1870. Tornou-se município em 1891, dentro do forte processo de expansão da cafeicultura e da criação de cidades na região, emancipando-se de Jacuí.¹⁴ No que diz respeito a sua divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município era constituído de 4 distritos: São

¹³ Não existiu pleno acordo entre os Estados participantes do Convênio de Taubaté, tanto que São Paulo precisou liderar a intervenção no mercado de café sozinho, tendo apoio do governo federal posteriormente. A participação do governo federal permitiria que interesses de Minas Gerais e do Rio de Janeiro fossem incorporados na política. Para o Convênio, conferir os trabalhos clássicos de Delfim Netto (1979) e Thomas Holloway (1978).

¹⁴ Para o crescimento das cidades no Sul de Minas na transição do século XIX ao XX, conferir: SAES; COSENTINO & GAMBI, 2012.

Sebastião do Paraíso, Espírito Santo do Prata, Peixotos e São Tomaz de Aquino. Na passagem do século XIX para o XX, seguindo os exemplos de algumas cidades do Brasil, São Sebastião do Paraíso vivenciava um processo de modernização e urbanização. Num processo paralelo às reformas que ocorriam em várias cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte,¹⁵ o município do interior mineiro também se modernizou e recebeu melhoramentos em sua infraestrutura, como o calçamento de ruas, o telégrafo e a chegada de linhas férreas. De acordo com o *Almanaque Sul-Mineiro*, de Saturnino da Veiga, em 1874 o município já produzia café, dividindo terreno com outras culturas como fumo, cana e cereais. Entretanto, sua principal fonte de receita era a criação de gado vacum e suíno, com uma exportação anual de 2.000 e 1.500 cabeças respectivamente (VEIGA, 1874, p.346). Com efeito, o café produzido no Sul de Minas nesse período não era uma atividade de destaque. A rubiácea foi introduzida na região por volta de 1860 e, o próprio autor do anuário, Bernardo Saturnino da Veiga, informa que esta cultura era dominante em chácaras e pequenas plantações, dividindo espaço com outras atividades.

Apenas nas décadas seguintes que São Sebastião do Paraíso iria conhecer a expansão da cultura cafeeira, acompanhada da chegada das ferrovias e do gradativo processo de fim do escravismo. Durante o último quartel do século XIX verificou-se em todos os municípios do Sul de Minas algumas transformações que tornariam a região mais “moderna”. Dentre estas transformações temos: o tratamento de água potável, o serviço telefônico, o telégrafo e a usinas de luz elétrica. Ainda foram instaladas “companhias industriais” com o fim de estabelecer fábricas na região, além da já mencionada chegada da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro que ligaria a cidade com o estado de São Paulo em 1914.

Assim, São Sebastião do Paraíso, segundo seus dados referentes ao Censo Agrícola estadual de 1902 e o Censo Nacional de 1920, não deixava dúvidas: caminhava na direção de sua especialização na produção de café. Os dados colhidos sobre a produção regional de 1902 reforçam o papel da produção de alimentos nos municípios sul-mineiros. Ali, cidades de pequeno porte apresentavam uma variada produção de alimentos e cereais, além de possuírem diversos pontos comerciais que alimentavam o movimento econômico local. No nosso exemplo, a população de São Sebastião do Paraíso era de 18.224 habitantes e existiam em seu município 12 olarias, 15 serralherias, 10 marcenarias, algumas sapatarias, selarias e fábrica de veículos, existiam ainda 103 moinhos de fubá e 10 máquinas de torrar mandioca.¹⁶ De acordo

¹⁵ Para o assunto, cf.: CHALHOUB, 1983; NEEDELL, 1993; LUCA, 1999; MENEZES, 1997.

¹⁶ Censo Agrícola de Minas Gerais de 1902. Arquivo Público Mineiro – APM.

com o Censo Agrícola Estadual de 1902 a atividade mais lucrativa no município ainda era a criação de gado vacum, com um rebanho de 24.000 cabeças. O documento informa que no mesmo ano foram invernados em São Sebastião do Paraíso 3.500 cabeças. A raça mais encontrada no município era de gado caracu e crioulo.

No que tange aos alimentos, em 1902, a produção municipal foi a seguinte: 525 mil arrobas de café, 106 mil alqueires de milho, 8.500 alqueires de feijão, 5.000 alqueires de arroz, 2.300 alqueires de polvilho, 2.400 alqueires de fumo, 6.600 pipotes de aguardente, 11.200 arrobas de açúcar e 1.730 cargas de rapadura. Também se destacava no município a criação de porcos, possuindo 19.000 cabeças. Além disso, São Sebastião do Paraíso possuía uma produção anual de 7.500 dúzias de queijo.

A economia municipal seria dinamizada a partir da chegada da Estrada de Ferro. A Companhia Muzambinho de Estradas de Ferro obteve concessão em 1888 para construir um ramal entre Jacuí e São Sebastião do Paraíso e daí para Garimpo das Canoas. Mais tarde (1891), o governo do estado autorizou a construção de um prolongamento de São Sebastião do Paraíso até Jaguará, onde se entroncaria com a Rede Mogiana. No que diz respeito à Estrada de Ferro Muzambinho, a nova rede ficou constituída por um prolongamento da linha tronco a Santa Rita de Cássia, passando por Cabo Verde, Muzambinho, Guaxupé, Guaranésia, Monte Santo e São Sebastião do Paraíso (JACOB, 1910, p.518-9). Destaca-se neste trecho a exportação de café no município de Monte Santo (município Vizinho a São Sebastião do Paraíso), com 104.397.041 quilogramas exportados, ou 75% da exportação do café exportado por toda a linha no ano de 1907. Também merece destaque a movimentação de produtos na estação de Guaxupé, servida pela Mogiana.

Tabela 2. Movimento de Mercadorias no Ramal de Guaxupé

Gêneros	1906		1907	
	Quantidade (Kg)	Produto (Réis)	Quantidade (Kg)	Produto (Réis)
Café	5.167.630	20:093\$780	8.283.788	37:282\$349
Sal	659.284	1:526\$980	569.855	1:345\$390
Açúcar	497.499	2:043\$620	354.612	1:496\$040
Algodão	169	\$660	29	\$190
Fumo	1.452	9\$930	4.998	23\$420
Cereais	535.739	445\$580	749.353	657\$100
Toucinho	11.588	17\$370	2.364	3\$690

Aguardente	145.793	740\$260	122.930	557\$020
Couros	5.881	23\$040	6.317	28\$180
Borracha	2.025.210	5:612\$870	1.745.227	5:838\$130
Total	9.052.225	30:514\$090	11.830.473	47:232\$270

JACOB, 1910, p. 532

Os números da tabela 2 permitem perceber que na região atendida pelo ramal de Guaxupé, incluindo-se o município de São Sebastião do Paraíso, o café tornara-se produto decisivo na dinâmica econômica regional, representando 65,85% da movimentação financeira do ramal em 1906 e 78,93% no ano de 1907. Ao mesmo tempo, percebe-se ainda a sobrevivência de produtos tradicionais, como o fumo e o toucinho.

No período em tela, pode-se considerar que o município de São Sebastião do Paraíso se especializava na produção cafeeira, passando nos anos seguintes a se tornar o maior produtor regional. Com uma produção de 187.500 sacas de café o município respondia pela maior produção do Sul de Minas e aproximadamente 7% da produção estadual no período entre 1909-1910 (Tabela 3). No que diz respeito à área reservada ao cultivo do café, conforme o censo de 1920, as cidades de São Sebastião do Paraíso e Monte Santo de Minas juntas representavam 26% de toda a área destinada à cafeicultura do Sul de Minas.¹⁷

Tabela 3. Maiores zonas produtoras de café no Sul de Minas, 1909-10

Zonas	Avaliação em sacas de 60 quilos
São Sebastião do Paraíso	187.500
Monte Santo	125.000
Guaranésia	125.000
Guaxupé	100.000
Jacutinga	87.500

Fonte: Jacob, *Minas no XX^a século*.

O Censo Nacional de 1920 confirmaria as transformações observadas no município. Em 1920, São Sebastião do Paraíso teve 823 estabelecimentos agrícolas recenseados. A produção municipal naquele ano foi a seguinte: 1.075,7 toneladas de arroz; 4.877,4 toneladas de milho, 930,3 toneladas de feijão, 10,3 toneladas de batata inglesa, 634,4 toneladas de mandioca, 5.815 toneladas de cana de açúcar e 12,5 toneladas de fumo.¹⁸ Também foram recenseados no município 73 estabelecimentos voltados para a produção de açúcar, com uma

¹⁷ MINAS GERAIS. *Minas segundo o recenseamento de 1920*. Belo Horizonte: Secretaria da Agricultura, 1924.

¹⁸ MINAS GERAIS. *Minas segundo o recenseamento de 1920*. Belo Horizonte: Secretaria da Agricultura, 1924.

produção de 296,5 toneladas. O município também produzia aguardente em 15 estabelecimentos, com uma produção anual de 1.814 hectolitros.

A produção de produtos voltados ao abastecimento não deixava de ser representativa – mantendo certa diversificação –, afinal São Sebastião do Paraíso era o quarto maior município em área destinada ao cultivo do Sul de Minas, com quase 6% de todo território da região. Entretanto, dentre os mais importantes produtos voltados ao mercado interno produzido pela região, isto é, arroz, feijão, milho e açúcar, a cidade não despontava como relevante produtor: certamente, Pouso Alegre e Paraisópolis, os dois maiores municípios com área destinada ao cultivo de arroz, feijão e milho do Sul de Minas, deviam desempenhar papel como centros voltados à produção para o mercado interno. Os dois municípios juntos disponibilizavam mais de 40 mil alqueires de milho, quase 9 mil para feijão e outros 4,5 mil para arroz – o que correspondia entre 20 e 25 por cento de toda a produção regional –, enquanto São Sebastião, respectivamente, destinava para essas culturas 2,3 mil, 950 e 730 alqueires.¹⁹

A variedade da produção de São Sebastião do Paraíso ainda se comprova com a existência de 9 estabelecimentos voltados para a apicultura, que produziram no ano de 1920, 251 litros de mel e 40 quilos de cera. No município ainda existiam 613 estabelecimentos criadores de aves domésticas, com a criação de 51.852 galinhas, 450 perus e 1.060 patos. A diversidade percebida na produção municipal é semelhante a descrita pela bibliografia especializada para o interior paulista, principalmente no caso de São Carlos, Jaú e Franca.

Apesar dessa enorme variedade o destaque na produção municipal era realmente o café. Em 1920, 370 estabelecimentos agrícolas plantavam café, respondendo por uma produção de 839,8 toneladas. Essa produção colocava São Sebastião do Paraíso, agora em 1920, como a segunda cidade maior produtora da região, com a existência de 14.739.633 pés da rubiácea. Mas o dado que melhor confirma a ênfase do município à produção cafeeira é a porcentagem de terra destinada à produção. São Sebastião do Paraíso dedicava 85,3% de suas terras ao café, revelando uma ocupação extremamente concentrada nessa produção. Enquanto o café ocupava quase toda extensão de terras do município, o restante ficava dividido com 13,2% para cereais e outras plantas alimentícias e 1,5% para plantas industriais (algodão, cana de açúcar, fumo e mamona). É verdade que não podemos descartar que parte das áreas destinadas ao café podiam também contar com outras culturas intercaladas com os pés da

¹⁹ MINAS GERAIS. *Minas segundo o recenseamento de 1920*. Belo Horizonte: Secretaria da Agricultura, 1924. Para a discussão do perfil entre municípios direcionados à produção de café e produtores destinados ao abastecimento no Sul de Minas, cf.: SAES; CASTILHO, 2013.

rubiácea, o que não reduz a subordinação dessas atividades à cafeicultura. Assim, o município de São Sebastião do Paraíso parece ter apresentado uma tendência de especialização de cultura de café ao longo das duas primeiras décadas de 1920, tornando-se um dos principais centros produtores da região.

Portanto, a década de 1920 definitivamente consolidava um novo padrão de atividade econômica no Sul de Minas. Após mais de uma geração da introdução e disseminação da agricultura cafeeira na região, algumas cidades passavam a se identificar e demonstrar sua vocação como municípios fundamentalmente cafeeiros, distanciando-se do perfil tradicional, da vocação ao abastecimento, como foi marcada na história do Sul de Minas. Hoje, por outro lado, importantes municípios da região são identificados como produtores de café, sendo representativos na totalidade do café comercializado dentro e fora do Brasil: essa transformação foi consolidada na década de 1920.

5. Considerações Finais

Se avançarmos um pouco no tempo, em 1930 encontraremos a região sul-mineira ainda produzindo uma grande quantidade de cereais e com uma significativa criação de animais, mesmo passados cinquenta anos depois da introdução da cafeicultura. Em 1930 todo o Sul de Minas produzia 24.131.000 quilos de Arroz, 23.660.000 quilos de Açúcar, 39.600.000 quilos de Feijão e possuía 223.180 cabeças de gado bovino e 437.000 cabeças de gado suíno.²⁰ Assim, o que se verifica na região do Sul de Minas no período em análise é a inter-relação de uma diversificada produção de alimentos com o avanço cafeeiro, formando um cenário marcado pela diversidade, isto é, um primeiro passo na formação de um complexo econômico regional. Por exemplo, enquanto São Sebastião do Paraíso e Monte Santo destacavam-se como maiores produtoras de café na região, uma cidade próxima, como Cássia, possuía grandes criatórios de suínos; Alfenas, por sua vez, se destacava por sua produção leiteira; e, as já mencionadas Pouso Alegre e Paraisópolis, possuíam a maior produção de cereais do estado.

É certo que estas culturas tinham autonomia muito relativa, conforme assinalou Wilson Cano, mas também eram capazes de garantir certo retorno aos fazendeiros, principalmente se considerarmos o cenário de urbanização que se observava na região. Isto é, ainda que a atividade exportadora pudesse ser o motor do crescimento econômico local, as atividades de

²⁰ Nesses quesitos destacavam-se os municípios de Pouso Alegre (1.800.000 / 1.350.000 / 2.500.000 / 12.000 / 70.000) e Paraisópolis (3.600.000 / 350.000 / 2.500.000 / 13.000 / 24.000). Fonte: Arquivo Público Mineiro. "Principais produções de arroz, açúcar, feijão, gado bovino e suíno em alguns municípios da Zona Sudoeste Mineira". Diretoria do Serviço de Estatística Geral do Estado, 22 de agosto de 1930.

abastecimento, como historicamente já tinham demonstrado esse potencial, eram também bastante relevantes, dinamizando certos municípios que não teriam aderido à introdução dos pés de café. Assim, ao mesmo tempo em que a permanência de atividades econômicas voltadas para o abastecimento interno não negavam a centralidade do café no processo de acumulação nacional e estadual, apontavam para diferentes estratégias que não somente outros produtores na região, ou mesmo os fazendeiros de café, poderiam adotar para auferir receitas.

Por outro lado a década de 1920 também marcou, definitivamente, a consolidação de um novo padrão de atividade econômica no Sul de Minas. Após mais de uma geração da introdução e disseminação da agricultura cafeeira na região, algumas cidades passaram a se identificar e demonstrar sua vocação como municípios fundamentalmente cafeeiros. Esse foi o caso de São Sebastião do Paraíso que, beneficiado pela expansão da estrada de ferro Mogiana para a região, colocou-se como uma extensão da produção paulista de café na serra da Mantiqueira. Assim como outros municípios como Machado e Monte Santo de Minas que possuíam produções diversificadas em fins do século XIX, passam a substituir suas terras por pés de café, sustentando ainda hoje essa condição de produtores representativos na totalidade do café comercializado dentro do Brasil.

6. Referências

- CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- CANO, W. “Base e superestrutura em São Paulo: 1886-1929.” LORENZO, H.; COSTA, W. (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997.
- CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1977.
- CASTILHO, F. *A transição da mão-de-obra no Sul de Minas*. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.
- CHALHOUB, S. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- COLISTETE, R. P. LAMOUNIER, M.L. “The End of Plantation? Coffee and Land Inequality in Early Twentieth Century”. *XXXIX Encontro Nacional de Economia – Anpec*. São Paulo, 2011.
- DELFIN NETTO, A. *O Problema do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas; Ministério da Agricultura/SUPLAN, 1979.
- DINIZ, C. C. *Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.
- DULCI, O. “João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro”. GOMES, A.C. (org.) *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.
- DULCI, O. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- FONT, M. “Padrões de ações coletivas dos plantadores paulistas de café”. SORJ, B., CARDOSO, F.H., FONT, M. (org.). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- FRAGOSO, J. e MARTINS, M. F. “Grandes negociantes e elites políticas nas últimas décadas da escravidão (1850-1880)”. FLORENTINO, M.; MACHADO, C. (orgs) *Ensaio sobre a escravidão*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- FONTANARI, R. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista: Casa Branca (1874-1914)*. São Paulo: Editora Unesp/Cultura Acadêmica, 2012.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Cia. Nacional, 2003.
- JACOB, R. *Minas no XXº século*. Rio de Janeiro: Gomes e Irmão, 1910.
- LANNA, A. L. D. *A transformação do trabalho*. Campinas: Editora Unicamp, 1989.
- LIMA, J. H. *Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. Campinas: dissertação de mestrado – IFCH/Unicamp, 1977.
- LUCA, T. R. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: editora da UNESP, 1999.
- MARTINS FILHO, A. V. *O Segredo de Minas: A origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.
- MARTINS, J. de S. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria editora Ciências Humanas, 1979.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Vida e morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.
- HOLLOWAY, T. *Imigrantes para o café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- MESSIAS, R. C. *O cultivo do café nas bocas de sertão paulista: mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830–1888*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- NEEDELL, J. D., *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- OLIVEIRA, F.A. *Faces da dominação da terra (Jaú 1850-1910)*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
- OLIVEIRA, L. L. *Heranças guardadas e transições ponderadas: história econômica do interior paulista 1890-1920*. Franca: UNESP-FHDSS; FACEF, 2006.
- OLIVEIRA, L. L. *Economia e História: Franca século XIX*. UNESP/FHDSS: Amazonas S/A, Franca, 1997.
- OLIVEIRA, M. R. “Cafeicultura Mineira: Formação e Consolidação – 1809-1870”. *IX Seminário sobre a Economia Mineira - Cedeplar*. Diamantina, 2000.
- PIRES, A. *Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930*. São Paulo - Tese de Doutorado: FFLCH/USP. 2004.
- SAES, A.; COSENTINO, D.; GAMBI, T. “Sul de Minas em Transição: opção por uma regionalização como ponto de partida”. SAES, A.; MARTINS, M.L. (Org.). *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX*. Bauru: Edusc/Fapemig, 2012.
- SAES, AM.; CASTILHO, FFA. “Cortando a Mantiqueira: entre café e abastecimento no Sul de Minas (1880-1920)”. *Saeculum*, número 2, 2013.
- STOLCKE, V. *Cafeicultura. Homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira. Origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- TOPALOV, C. *La urbanización capitalista*. Cidade do México: Editorial Edicol, 1978.
- TOSI, P. G. *Capitais no interior: Franca e a História da Indústria Coureiro-Calçadista. (1860-1945)*. Franca: UNESP-FHDSS, 2002.
- TOSI, P. FALEIROS, R.N. TEODORO, R.S. “Crédito e pequena cafeicultura no Oeste Paulista: Franca/SP 1890-1914”. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, v.6, n.3, 2007.
- TOSI, P.G. FALEIROS, R.N. “Domínios do café: ferrovias, exportação e mercado interno em São Paulo (1888-1917)”. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.20, n.2, 2011.

- VEIGA, B. S. *Almanach Sul-mineiro para 1874*. Campanha: Typ. do Monitor Sul Mineiro, 1874.
- VISCARDI, C.M.R. *O teatro das oligarquias, uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.
- WIRTH, J. D. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Tabela 4. Produtos selecionados exportados de Minas Gerais, 1818-1908

	Artigos	1818-9	%	1844-5	%	1854-5	%	1868-9	%	1878-9	%	1888	%	1898	%	1908	%
Produtos Agrícolas	Algodão	367:976\$000		4:073\$600		192\$000		154:423\$000		1:650\$000		70\$500		-		211\$800	
	Açúcar	45:688\$000		10:628\$200		18:897\$700		46:131\$000		8:378\$700		-		-		405:170\$280	
	Café	29:217\$000	1.3	748:785\$000	25	3.513:930\$600		12.850:353\$000	64	20.092:886\$800	71	40.900:501\$000	78	105.035:995\$000	68	51.924:918\$150	38
	Milho	129\$900		5:788\$500		8:049\$250		16:595\$000		16:736\$300		30:835\$200		809:750\$000		3.755:068\$520	
	Feijão	227\$600		991\$000		4:091\$200		22:325\$000		49:778\$800		83:506\$400		205:311\$000		2.007:550\$540	
	Arroz	70\$090		39\$700		233\$400		2:202\$500		8:2054600		1:134\$200		-		3.247:885\$050	
	Batatas	-		-		-		-		-		-		-		981:667\$824	
	Fumo	70:377\$000		268:658\$200		369:614\$000		1.099:118\$000		1.477:031\$200		1.496:202\$400		4.453:508\$000		5.837:956\$000	
Soma	513:685\$500	24	1.038:964\$200	34	3.915:008\$450	60	14.191:147\$500	70	21.654:767\$600	77	42.512:249\$700	81	110.505:504\$000	72	69.160:428\$164	50	
Produtos Pastoris	Gado Vaccum	248:424\$000		531:850\$000		748:230\$000		2.340:332\$000		3.223:636\$600		3.806:034\$300		15.417:944\$000		36.027:900\$000	
	Gado Suíno	120:507\$000		211:144\$300		114:354\$000		363:100\$000		207:810\$000		439:968\$000		2.091:965\$000		2.848:750\$000	
	Leite	-		-		-		-		-		-		582:366\$000		1.600:164\$300	
	Manteiga	-		-		-		-		-		-		-		4.148:337\$240	
	Queijo	105:960\$700		93:000\$000		98:526\$200		371:424\$000		487:380\$200		1.211:021\$400		5.782:229\$000		5.237:536\$700	
	Toucinho	290:957\$000		440:839\$700		459:604\$600		1.540:826\$200		1.213:433\$000		1.033:581\$300		3.381:971\$000		4.650:652\$600	
	Aves domésticas	17:226\$600		14:400\$000		12:543\$300		26:191\$200		70:507\$700		86:246\$090		1.875:512\$000		3.193:369\$200	
Soma	793:075\$300	35	1.291:234\$000	43	1.433:258\$100	22	4.631:863\$400	23	5.203:067\$500	18	6.576:851\$000	12	29.129:987\$000	18	47.706:710\$000	35	
Produtos Mineráis	Ouro	374:432\$000		Não temos dados.		Não temos dados.		Não temos dados.		Não temos dados.		Não temos dados.		10.843:040\$000		7.896:128\$000	
	Diamantes	75:168\$000		Não temos dados.		Não temos dados.		Não temos dados.		Não temos dados.		Não temos dados.		-		-	
	Manganês	-		-		-		-		-		-		-		3.654:885\$000	

	Cal	-		-		-		-		-		-		884:391\$000			
	Soma	449:600\$000												10.843:040\$000	7	10.433:404\$600	
Total		2.125:000\$000 0	21	3.000:000\$000		6.500:000\$000		20.000:000\$000		28.000:000\$000		32.000:000\$000		153.300:000\$000		136.234:176\$000	7

Fonte: JACOB, 1911, pp. 92-93.

